Políticas Públicas LGBTQIA+ no Brasil: conjuntura, desafios e oportunidades

- Cenário atual, desafios institucionais e perspectivas de desenvolvimento

Por Rafael Aguiar, PhD
rafael_aguiarfdmc@outlook.com

Panorama recente: desmonte institucional (2019–2022)

- **TCU identificou “apagão” de políticas públicas LGBTQIA+**

Apenas três iniciativas federais identificadas:

- Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica
- Plano Nacional de Empregabilidade LGBT
- Política Nacional de Saúde Integral LGBT

- • **Ausência do *ciclo completo de políticas públicas:*** diagnóstico, planejamento, orçamento, implementação, monitoramento e avaliação.

Mudança institucional no Governo Lula (2023–2026)

- Acórdão nº 352/2026 do plenário do TCU aponta mudança significativa nas políticas de governo para a estória LGBTQIA+.

- Criação da primeira Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
- Retomada de políticas coordenadas nacionalmente
- Recomposição de espaços participativos
- Previsão orçamentária própria
- Nova lógica: reconstrução das capacidades estatais.

Programas estruturantes atuais

- Acolher+: fortalecimento de Casas de Acolhimento LGBTQIA+
- Bem-Viver+: enfrentamento da violência em territórios do campo, águas e florestas
- Empodera+: trabalho digno, educação e geração de renda
- Agenda Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+

Elementos estruturais do cenário brasileiro

- Ausência de marco normativo geral para direitos LGBTQIA+v(como de outros grupos setoriais, como crianças, idosos, mulheres, etc.)

- Forte protagonismo do STF no reconhecimento de direitos fundamentais

Papel contramajoritário da jurisdição constitucional diante da omissão legislativa.

Exemplo mais recente: ADO 26/2019, que criminaliza a LGBTQIAfobia a partir da lei de criminalização do racismo

- Brasil: o mais que mais registra as mortes de pessoas LGBTQIA+ no mundo, em especial de pessoas travestis e transsexuais.

Avanços institucionais recentes

- Criação da primeira **Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**: vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da cidadania, com *orçamento histórico, mesmo que pequeno, garantido nas legislações financeiras.*

- Retomada do **Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+** com financiamento federal;

- Retomada, após mais de 10 anos, do processo conferencial, considerando que as conferências são momentos fundamentais no debate, na avaliação e qualificação das políticas finalísticas. Em 2025 tivemos a **IV Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**.

Para o desenvolvimento de ideias no tema…
Desafios orçamentários

- ***Emendas parlamentares representam cerca de 77% do orçamento federal LGBTQIA+ em 2026.***

- **Consequências:**

Instabilidade institucional
Baixa previsibilidade
Dificuldade de planejamento contínuo

- **Desafio central:** transformar ações episódicas em políticas permanentes.

Para o desenvolvimento de ideias no tema…
Desafios jurídicos e federativos

- Dependência excessiva do STF e de atos administrativos de alta precariedade.

- Política Nacional LGBTQIA+ não avançou como lei ou decreto, mas como portaria da então Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania.

- Necessidade de articulação entre União, estados e municípios.

- **Desafio central:** fortalecer cooperação interfederativa e alta dependência de repasses para a construção das aparelhagens de atendimento, bem como as estratégias de matriciamento, referenciamento e contrarreferenciamento.

Para o desenvolvimento de ideias no tema…
Desafios políticos

- Crescimento da extrema direita no Legislativo
- Resistência institucional à agenda LGBTQIA+
- Baixa estabilidade normativa

- **Desafio central:** Capacidade institucional de transformar políticas de governo em políticas de Estado.

Considerações finais

- O cenário brasileiro revela *tensão* entre:

avanços institucionais;

fragilidade normativa;

dependência judicial;

instabilidade política e orçamentária.

- **Questão estratégica:** consolidar marcos legais, orçamento + estável e participação social.